

Poder, Estado e Hegemonia: as interfaces entre a teoria das relações internacionais e a economia política internacional¹

Power, State, and Hegemony: the interfaces
between the theory of international relations and
international political economy

Corival Alves do Carmo | corival@gmail.com

Professor do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade
Federal de Sergipe. Aracaju, Brasil.

Recebimento do artigo 30-jul-2013 | Aceite 10-ago-2013

Resumo O objetivo do artigo é apresentar uma proposta de interpretação teórica para o desenvolvimento da estrutura política e econômica internacional no pós-guerra a partir da crítica das teorias das relações internacionais e da economia política internacional apresentadas no contexto da crise do sistema de Bretton Woods. A hipótese desenvolvida é que, no contexto da Guerra Fria, a aliança Ocidental, por um lado, e a internacionalização do capital, por outro, produzem uma despolitização da acumulação de capital em escala mundial, modificando as relações interestatais e tornando superada a discussão sobre o declínio do poder americano e sobre os ciclos hegemônicos. A mesma dinâmica altera as características do poder estrutural e produz a instabilidade política e econômica em função das tensões geradas pela mudança na lógica da acumulação de capital em escala mundial diante da persistência da forma Estado. **Palavras-chave** Economia Política Internacional, Estado, Poder, Capitalismo, Teoria das Relações Internacionais, Hegemonia

Abstract The aim of this paper is to present a proposal for a theoretical interpretation for the development of international political and economic structure in the post-war from the criticism of the theories of international relations and international political economy presented in the context of the crisis of the Bretton Woods system. The hypothesis is that in the context of the Cold War, the Western alliance on the one hand, and the internationalization of capital, on the other hand, produce a depoliticization of capital accumulation on a world scale, modifying interstate relations and making surpassed the discussion on the decline American power and on the hegemonic cycles. The same dynamic changes the characteristics of structural power and produces the political and economic instability due to the tensions generated by the change in the logic of capital accumulation on a world scale in the face of persistent state form. **Keywords** International Political Economy, State Power, Capitalism, International Relations Theory, Hegemony

¹ Versão preliminar deste artigo foi apresentada no IV Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais

Introdução

As relações internacionais, por ser um campo de estudo recente e perpassada por profundas diferenças ideológicas e nacionais, padecem de uma definição clara do seu objeto de estudo. De fato, inicialmente o estudo das relações internacionais estava voltado mais propriamente para a política internacional e o direito internacional, como duas áreas correlatas e integradas pelo mesmo ator, o Estado. No clássico de E. H. Carr, *Vinte Anos de Crise, 1919-1939*, a discussão econômica só é introduzida para mostrar como a doutrina da harmonia de interesses foi levada para o plano da política internacional, sendo um dos elementos da crise política instaurada. Também no clássico de Hans J. Morgenthau, *A Política entre as Nações: a luta pela paz e pelo poder*, as relações internacionais são política e direito em âmbito internacional. De um modo geral, a política internacional, enquanto relações interestatais, e o direito internacional, como um dos principais produtos gerados pelas relações interestatais, são as principais temáticas abordadas nas obras clássicas sobre relações internacionais. E, nesse contexto, na formação da área de relações internacionais como campo do conhecimento predominaram as interpretações realistas. Particularmente nos Estados Unidos, Guzzini (1992, p. 33) afirma que relações internacionais e realismo quase se confundiam.

Isto não poderia deixar de ocorrer, ainda que a tentativa de transformar as relações internacionais num campo da ciência seja recente, o estudo e a análise se confunde com o próprio surgimento do Estado moderno e mesmo o antecede, quando consideramos uma obra como a de Tucídides. Tributário do realismo político em sentido amplo e marcado pelo sentido de recomendações práticas aos governantes, o estudo das relações internacionais é antigo. A razão de Estado e o equilíbrio de poder estiveram no centro das discussões sobre a política internacional, e sobre um de seus produtos, o direito internacional, mesmo quando pensados de modo crítico ao realismo, até os anos 1960.

Obviamente, os autores marxistas, ou mesmo críticos como Hobson, ao abordar o fenômeno do imperialismo estavam estudando a dinâmica econômica do capitalismo em escala mundial e sua repercussão sobre as relações interestatais. Entretanto, não concebiam esta análise como independente do estudo do capitalismo e do poder em geral, não era um campo específico do conhecimento, não pretendiam estudar as relações internacionais. No campo teórico, o fim da Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo predomínio das teorias realistas, a

bipolaridade e a ameaça nuclear aparentemente legitimavam o realismo como a melhor teoria explicativa, reforçando seu status de profecia que se autocumpre.

O fim da Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, ao mesmo tempo em que justificaram uma fetichização das relações internacionais, entendida como a política internacional conduzida e controlada de forma racional pelas duas superpotências, engendram uma realidade mais complexa que demandaria o desenvolvimento de análises mais sofisticadas na medida em que colocaram a economia e os modelos de desenvolvimento no centro das disputas políticas internacionais, e, particularmente, a reconstrução capitalista ocidental envolveu um alto grau de institucionalização da economia em âmbito internacional tendo como epicentro os Estados Unidos, mas sem que os interesses dos demais países tenham sido ignorados uma vez que este movimento se inseria dentro da estratégia de cooptação e consolidação hegemônica dos Estados e de um modelo de desenvolvimento capitalista (ARRIGHI, 1996).

A institucionalização da economia, ou, por que não dizer, do mercado mundial, no interior do bloco capitalista ocidental representou um vetor fundamental para consolidar o processo de internacionalização do capital na medida em que as rivalidades nacionais das potências capitalistas do pré-Segunda Guerra Mundial foram suspensas pela superioridade notória da economia norte-americana naquele momento, mas, especialmente, pela aliança anti-comunista formada. Como apontado por Waltz (2002, p. 102):

Vivendo na sombra das superpotências, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha e a Itália, rapidamente se aperceberam que a guerra entre eles seria infrutífera e depressa acreditaram na sua impossibilidade. Porque a segurança de todas elas veio a depender, em última instância, das políticas dos outros, em vez das suas (...).

Uma vez que a possibilidade de guerra entre os estados desaparece, todos eles podem mais livremente correr o risco de sofrerem uma perda relativa. (...) Ganhos econômicos podem ser garantidos por um estado a outro em troca de vantagens políticas esperadas (...).

Neste sentido, a recuperação econômica da Europa Ocidental não se fará com o espírito das lutas interestatais travadas até a Segunda Guerra Mundial, mas fortalecendo os laços entre as economias capitalistas. Mais do que protetor do capital nacional, os Estados capitalistas portam-se como protetores do capital e sua ordem frente à ameaça soviética e comunista. Este processo, internamente, aparece na construção do Estado do Bem-Estar Social, e, internacionalmente, nas instituições de Bretton Woods e na Comunidade Econômica Europeia. Nessa nova ordem, as fronteiras nacionais vão se tornando porosas para o capital, primeiro produtivo, das empresas multinacionais, e progressivamente, para o capital bancário e financeiro (BELLUZZO, 1997; BRAGA, 1995; ARRIGHI; BARR; HISAEDA, 2001).

Teoria das Relações Internacionais e Economia Política Internacional

Este quadro político e econômico internacional formado no Ocidente dificulta uma abordagem exclusivamente através das teorias tradicionais das relações internacionais, ainda que esta realidade tenha sido melhor percebida apenas quando o sistema de Bretton Woods já estava em declínio dentro do clássico espírito da coruja de Minerva que alça voo ao entardecer. O fato é que, no concernente ao bloco capitalista, não era possível compreender as relações internacionais, nem mesmo a política internacional, apelando apenas às teorias sobre o poder ou a hegemonia de um Estado superpotente sobre os demais Estados débeis. O objeto para as análises da economia política internacional já existia ainda que não fosse o foco das análises no campo das relações internacionais. Se tomarmos as obras de Raymond Aron, *Paz e Guerra entre as Nações*, publicada em 1962, e *República Imperial*, publicada em 1973, mesmo considerando que o propósito das duas obras são significativamente distintos, as questões abordadas na segunda parte do livro *República Imperial*, Os Estados Unidos no mercado mundial: privilégios e servidões da economia dominante, caberiam ser discutidas ainda que marginalmente numa obra com as dimensões e pretensões de *Paz e Guerra entre as Nações*. A discrepância evidencia o papel da crise de Bretton Woods na descoberta da economia política internacional e da mudança na forma tomada pela concorrência interestatal e intercapitalista no âmbito da hegemonia norte-americana. Não surpreende, portanto, que Susan Strange tenha fundado o International Political Economy Group (IPEG) em 1971 (MURPHY; NELSON, 2001)

Do mesmo modo, se insere, nesse cenário, o debate entre Waltz (2002) e o institucionalismo neoliberal de Keohane e Nye, refletindo a percepção de duas realidades internacionais dentro do sistema internacional da Guerra Fria. Waltz, com uma concepção teórica formulada para pensar exclusivamente as relações entre as grandes potências em termos sistêmicos, faz com que os Estados necessitem ser esvaziados da realidade política e econômica internamente, e a projeção internacional do poder do Estado seja definida fundamentalmente em termos de poder político-militar. Mais do que as dificuldades de explicar a mudança e as escolhas de política externa dos Estados, a opção de Waltz deve ser criticada por fetichizar a política internacional, abstrair as relações sociais subjacentes aos Estados e mesmo aquelas que permeiam as fronteiras nacionais num contexto de crescente integração capitalista mundial (BAMBIRRA, 1974). Há que se ressaltar que sua linha de interpretação e análise pode ganhar espaço e projeção em função da permanência ainda da Guerra Fria, o que permitia olhar para o sistema internacional ainda como dois polos irredutíveis do ponto de vista político. E, neste ponto, ressalta-se outra limitação desta análise sistêmica. Ainda que se pudesse argumentar não haver diferença entre os EUA e a URSS no sistema internacional em termos políticos e como polos de poder, o fato de um ser capitalista e o outro comunista claramente justifica a irredutibilidade das relações entre as duas superpotências num cenário no qual ambas se veem fragilizadas, seja por fatores internos, seja pela ascensão de novos Estados.

A estabilidade aparente do sistema bipolar da Guerra Fria não decorria da bipolaridade política em si mesma, como pensou Waltz, mas do conflito entre modelos econômicos e da suspensão, no campo capitalista, da luta interestatal; mais importante do que restaurar o equilíbrio de poder com os EUA, era permitir a continuidade do processo de acumulação de capital e da ordem do capital. Por consequência, potências tradicionais, como a Grã-Bretanha, França e Alemanha, aceitaram a hegemonia americana e se ajustaram para colher os frutos econômicos deste processo, resultado que fragilizaria a própria base econômica da hegemonia americana (ARON, 1975). O menosprezo por estes pontos explica porque Waltz imaginava que o sistema bipolar era mais estável. De um lado, não identificou que a irredutibilidade do conflito decorria mais do conflito de modelos de desenvolvimento econômico do que da estrutura do sistema internacional; assim, quando a URSS abriu espaço para as reformas econômicas, se deu a aproximação e o próprio colapso do modelo soviético. De outro, subestimou o impacto do crescimento econômico das potências capitalistas e dos novos países industrializados. Waltz (2002, p. 200) afirmava então:

Os Estados Unidos e a União Soviética são economicamente menos dependentes um do outro e dos outros países do que eram as grandes potências antigamente. Se pensarmos no mundo político-internacional, é extremamente estranho que “interdependência” se tenha tornado na palavra geralmente usada para descrevê-lo.

E, na sequência, o autor ainda generaliza “A interdependência tende à crescer à medida que o número de grandes potências diminui; e dois é o menor número possível” (WALTZ, 2002, p. 201). Fazer a crítica da interdependência econômica pelo baixo nível de relações econômicas entre as duas grandes superpotências é subestimar a importância da divisão em dois blocos em torno de dois modelos distintos de desenvolvimento, o capitalismo e o socialismo real, que envolvem distintos padrões de organização econômica interna e de comércio internacional. Além disso, subestima a importância econômica dos demais países do bloco capitalista e o desafio representado pela ascensão das firmas europeias e japonesas. Segundo Waltz, as empresas dos EUA possuem vantagens competitivas e o risco de investimento nestes países é baixo, e mesmo se firmas norte-americanas investem em países instáveis, correndo o risco da instabilidade política, as perdas serão da firma, não da nação norte-americana. Por outro lado, entende que, uma vez que a maioria das multinacionais estão sediadas nos EUA, realizam a P&D lá e mantém neste país o quadro dirigente não é possível ignorar o vínculo entre as corporações multinacionais e seu país de origem, os EUA, “Sob estas condições é razoável supor que ao tomarem-se decisões corporativas a perspectiva americana será a predominante” (WALTZ, 2002, p.209), resultando em vantagem para o governo dos Estados Unidos em relação aos outros países.

Como contraponto, há que se ressaltar que a importância da integração capitalista mundial para as empresas multinacionais norte-americanas não pode ser menosprezada, e também, ainda que com menor peso, a presença das empresas europeias, e depois japonesas (hoje mesmo chinesas), nos Estados Unidos. De todo modo, a forma da organização da produção estimulada pelas empresas multinacionais promove a integração de cadeias produtivas, o que justifica se falar em interdependência econômica (GILPIN, 1971). Por outro lado, no caso das sociedades anônimas, a integração capitalista afeta a composição acionária, permitindo que múltiplas nacionalidades tenham de fato assento nas decisões da empresa ainda que a sede não tenha mudado de país. Ao mesmo tempo, Waltz ig-

nora que as próprias multinacionais possuem poder político e interesses próprios, tanto em relação ao Estado de origem, como em relação ao receptor (VERNON, 1978; STRANGE; STOPFORD; HENLEY, 1991). Na mesma época, outro realista, após apontar que o crescimento das empresas multinacionais está relacionado à ordem internacional construída pelos Estados Unidos e que seu desenvolvimento foi consistente com os interesses políticos da potência dominante (GILPIN, 1971), já colocava um questionamento sobre a convergência de interesses entre as empresas e os Estados Unidos:

In contrast to the prevailing assumption that American corporate expansionism is in the larger national interest of the United States, I believe the United States must address itself to the question of the costs and benefits of foreign direct investment. As American influence declines and as foreign governments force American corporations to serve their interests, Americans must more critically examine whether corporate and national interests coincide. Ironically, this is an issue that has scarcely been addressed in the existing literature on American foreign investment and the multinational corporation. (GILPIN, 1975, p. 7)

Nos anos 1970, também já era possível ver o papel da internacionalização dos bancos norte-americanos e dos mercados de eurodólares, tanto no sentido de reforçar a centralidade dos Estados Unidos no sistema internacional, como também no de vincular mais fortemente os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão (GILL, 1990).

De um modo geral, ainda que Waltz (2002, p. 234) entenda que “Nem os Estados Unidos nem a União Soviética têm de se fazer aceitáveis para outros estados; têm de lidar um com o outro”, o movimento de internacionalização do capital norte-americano favorece a criação do consenso que sustenta a hegemonia norte-americana mesmo se essa for pensada em termos de dominação, como utilizado por Waltz e Aron, e não no sentido gramsciano (COX, 1986).

A alternativa proposta por Keohane e Nye (1977) e Keohane (1984), teoricamente menos sofisticada, centra-se no mundo ocidental, nas relações entre a superpotência capitalista, os EUA, e os países que orbitam no seu entorno. A questão é: diante dos evidentes desgastes da hegemonia americana nos anos 1960 e 1970, a diminuição de seu peso na economia mundial, as dificuldades para manter a

paridade dólar-ouro, a perda de competitividade, como o subsistema ocidental se comportaria? As instituições criadas pelos EUA seriam capazes de continuar a operar sem o poder americano? Os regimes do sistema internacional de comércio e financeiro poderiam se manter estáveis e ter continuidade diante da fragilização dos EUA? A resposta afirmativa dos autores ancorava-se na força das instituições, dos regimes internacionais diante da relativização do peso dos fatores políticos-militares, a interdependência econômica colocou em xeque a hierarquia de temas nas relações internacionais. O conceito ou tipo ideal de interdependência complexa (KEOHANE; NYE, 1977) apresentava uma realidade internacional na qual há múltiplas conexões transnacionais, além das tradicionais relações interestatais, há as relações entre firmas, bancos, indivíduos da sociedade civil, etc.

As relações internacionais não estão restritas às relações entre governos. Daí decorre também que não se pode estabelecer uma hierarquia de temas na arena internacional, assim as questões militares não possuem prioridade e não é possível fazer uma distinção clara entre a agenda interna e internacional do país, dada a interpenetração de atores nos dois níveis. E o uso da força não seria necessário nas regiões nas quais predominam a interdependência complexa. Do mesmo modo, haveria o fortalecimento do papel das organizações internacionais na formação da agenda internacional e como arena para a atuação política dos Estados, especialmente os mais débeis. A interdependência, produto do adensamento das relações entre os Estados através de múltiplos canais, cria novas possibilidades de conflitos de interesse tornando os regimes internacionais fundamentais para as relações internacionais. Entretanto, isso ocorre no mesmo momento em que a hegemonia americana está em declínio. Assim Keohane (1984) procura mostrar ser possível a cooperação ainda que não haja Estado hegemônico. Mais do que contestar o neorealismo de Waltz, a teoria dos regimes internacionais questiona a teoria da estabilidade hegemônica, “Whether a hegemon exists or not, international regimes depend on the existence of patterns of common or complementary interests that are perceived or capable of being perceived by political actors.” (KEOHANE, 1984, p. 78).

Evidentemente, o objeto sobre o qual se debruçam Keohane e Nye não é o mesmo de Kenneth Waltz. A definição estrita e rigorosa do sistema internacional e do objeto da política internacional é abandonada. Keohane e Nye estão de fato tratando mais das relações internacionais em sentido lato do que da política internacional *stricto sensu*. E, portanto, podem colocar num plano secundário as relações

entre as duas superpotências² para centrar a análise nas relações entre os EUA e os demais países capitalistas centrais. Apesar de não poder mais ser caracterizado apenas como uma moda, as demais críticas de Strange (1982) permanecem válidas, o conceito de regimes continua impreciso, Keohane e Nye (1987) reconhecem a dificuldade de materializar, operacionalizar o conceito. Ainda pode ser dito que a teoria dos regimes apresenta uma visão estática do sistema e centrada no Estado. Ou seja, Keohane e Nye identificam que o sistema internacional está em transformação, mas não identificam mudanças estruturais, exceto no declínio da hegemonia norteamericana. As transformações ocorridas na organização capitalista, o crescimento do poder político de novos atores, como as empresas multinacionais, não são incorporados na análise. Também se superestima o poder dos regimes, no âmbito monetário não se pode dizer que eles existiram após o fim de Bretton Woods.

Como apontado por Guzzini (1992), a Economia Política Internacional (EPI) aparece como uma alternativa tanto às leituras realistas na versão estruturalista ou da teoria da estabilidade hegemônica quanto às leituras liberais. De um lado, a EPI se junta às correntes liberais ao estender o seu programa de pesquisa para além das relações interestatais, há novos atores, as firmas multinacionais, os bancos internacionais, as organizações internacionais, os investidores financeiros além do crescimento de atores da sociedade civil que tornam inadequada a continuidade dos estudos internacionais a partir do prisma do *mainstream* das relações internacionais, o realismo. De outro, o programa de pesquisa de EPI, liderado por Susan Strange, reconhece a permanência das disputas de poder mesmo diante do enfraquecimento do Estado perante os novos atores. E avança tentando desenvolver o conceito de poder para dar conta de uma realidade na qual os Estados Unidos continuam desempenhando papel central na economia mundial, mas têm o seu peso diminuído em termos relativos ao mesmo tempo em que se aprofundam os desequilíbrios no balanço de pagamentos. Para tanto, Strange defende, por um lado, não ser possível na economia política internacional fazer uma distinção entre o poder econômico e o poder político,

It is impossible to have a political power without the power to purchase, to command production, to mobilize capital. And it is

2 De acordo com o Index do *After Hegemony* (1984) de Keohane, a URSS aparece em apenas 3 páginas, a Alemanha em 6, a França em 10, e obviamente várias organizações internacionais aparecem em muito mais páginas do que os três países.

impossible to have economic power without the sanction of political authority, without legal and physical security that can only be supplied by political authority. (STRANGE, 1994, p. 25)

Por outro, Strange identifica duas espécies de poder: o poder relativo e o poder estrutural. O poder relativo é o conceito tradicional do realismo, o poder de A determinar o comportamento de B, ainda que B desejasse comportar-se de modo diferente. Já o poder estrutural é a capacidade de moldar, definir a estrutura do sistema econômico internacional, define o marco no qual os demais Estados e outros atores, empresas multinacionais, bancos, organizações internacionais e indivíduos deverão atuar. “Structural power, in short, confers the power to decide how things shall be done, the power to shape frameworks within which states relate to each other, relate to people, or relate to corporate enterprises.” (STRANGE, 1994, p. 25). E o poder estrutural está fundado em quatro distintas estruturas: segurança, produtiva, financeira, e conhecimento. Sendo que as quatro estruturas estão relacionadas, mas nenhuma se sobrepõe sobre a outra, indicando que não há hierarquia de temas nas relações internacionais.

O desenvolvimento da análise permite à autora questionar tanto a tese do fim da hegemonia norteamericana como a teoria da estabilidade hegemônica. Strange (1987) argumenta que a natureza das disputas estatais mudou mais por razões econômicas do que por questões políticas, o poder estrutural tem maior peso do que o poder relativo neste jogo, e o poder estrutural americano aumentou e não diminuiu, a instabilidade no sistema deve-se menos ao enfraquecimento dos Estados Unidos do que às disputas internas existentes no país sobre o interesse nacional gerando um comportamento errático em relação às questões internacionais, especialmente, no âmbito econômico, fazendo com que o poder estrutural dos Estados Unidos seja utilizado num sentido que instabiliza a economia mundial. Nesse sentido, o ativismo econômico do Estado protegendo a sua economia não resulta do declínio da cooperação ou do Estado hegemônico ordenador da economia mundial, mas da crise econômica que afeta os diferentes países e geram reações dos governos para minimizar as repercussões sobre diferentes setores da economia nacional (STRANGE, 1979).

A rigor, a concepção de Strange não é estrutural³, não é definido um sistema de relações diferenciadas entre os distintos atores e sendo assim o conceito de

3 Para uma crítica do abuso do termo estrutura e estruturalismo ver: Eco (1976)

poder estrutural também é problemático, pois ele não é produto da posição que um país ocupa no sistema, mas das características do próprio país que permitem que suas decisões e ações engendrem o sistema no qual os demais deverão operar,

These structures concern the power conferred by the ability to offer, withhold or threaten security (the security structure); the ability to offer, withhold or demand credit (the financial structure); the ability to determine the locus, mode and content of wealth-creating activity (the production structure); and, not least, the ability to influence ideas and beliefs and therefore the kind of knowledge socially prized and sought after, and to control (and, through language, to influence) access to and communication of that knowledge (the knowledge structure). (STRANGE, 1988, p.13)

Assim, se, de um lado, partindo desta matriz conceitual, rejeita-se a tese do declínio da hegemonia norteamericana, e pode-se até mesmo relativizar o papel dos demais Estados no sistema internacional, por outro, a posição dos Estados Unidos ganha contornos imperiais tal o modo como o governo estadunidense é capaz de definir a estrutura do sistema e afetar os demais atores. Neste sentido, a posição de Strange recuperaria via poder estrutural a concepção de hegemonia como dominação, apenas agora exercida sobre o sistema, e não diretamente sobre os seus membros. Neste sentido, o esforço do programa de pesquisa da Economia Política Internacional de absorver o campo das relações internacionais (GUZZINI, 1992) pode ser considerado frustrado. A seguir esboçaremos uma leitura alternativa para as transformações ocorridas no sistema internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial.

O Sistema Internacional do Pós-Guerra: proposta de interpretação

A forma assumida pelas relações internacionais após o fim da Segunda Guerra Mundial permitiu que, a partir do bloco Ocidental, se engendrasses uma mudança no padrão de relações interestatais e intercapitalista demandando uma nova análise sobre a forma assumida pela política e pela economia em nível mundial.

No mundo “ocidental”, a Guerra Fria e a superioridade norte-americana suspenderam a associação entre conflitos interestatais e concorrência intercapitalista presente no período pré-Segunda Guerra Mundial e identificado pelo conjunto pelos principais autores da teoria da imperialismo. A associação entre os Estados capitalistas e a guerra era não apenas um dístico do pensamento marxista, mas uma ideia que refletia a experiência das relações entre as grandes potências capitalistas até então. A concorrência intercapitalista em escala mundial tinha apoio na *manu militari* dos Estados, os quais estavam eles mesmos envolvidos na luta interestatal pelo domínio político e econômico do sistema internacional, a gestão econômica do Estado deveria estar a serviço do poder do Estado (WEBER, 1991). Desse modo, seria de se esperar, que, mantendo o comportamento padrão, as rivalidades entre os Estados capitalistas fossem retomadas junto com a recuperação econômica do pós-guerra, a superioridade norte-americana *vis-à-vis* aos países da Europa Ocidental seria apenas mais um estímulo para as políticas de fortalecimento para reequilibrar o poder. De fato, a liderança soviética esperava pelo menos o restabelecimento de uma rivalidade entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, como aparece no Long Telegram de Kennan (1946) e no telegrama do embaixador soviético nos EUA, Novikov, no qual informava a Moscou, entre outras coisas, que os Estados Unidos viam que a Inglaterra poderia ser sua maior competidora ou ser transformada em aliada (NOVIKOV, 1946). Com a vantagem do tempo, sabemos tanto que a rivalidade não se estabeleceu como também podemos dizer que não havia possibilidade de ter se estabelecido. O que mudou? Por que os Estados imperialistas deixaram de entrar em guerra entre si para defender os espaços de seu capital, das suas burguesias financeiras? Por que as guerras interimperialistas foram suspensas após a Segunda Guerra Mundial?

A crise de Bretton Woods, apresentada como momento do declínio da hegemonia dos Estados Unidos, permite identificar um movimento que já estava presente desde o início no sistema internacional do bloco Ocidental, mas que somente se torna evidente na crise e num momento de relativização da Guerra Fria. Bretton Woods e sua crise permitem colocar em discussão a relação entre o plano da política e da economia no Sistema Internacional. Ainda que com caráter heurístico, a apresentação marxista do capitalismo sempre entendeu o processo de desenvolvimento capitalista como uma crescente separação entre a esfera política e o processo de acumulação capitalista, uma vez instalado o modo de produção especificamente capitalista, o processo de acumulação de capital prescindiria, teoricamente, das intervenções políticas, a acumulação do capital, a distribuição da

mais-valia se fariam em função da própria dinâmica econômica. Como entendido por Ellen M. Wood (2003, p. 35):

A diferenciação da esfera econômica no capitalismo, pode, portanto, ser assim resumida: as funções sociais de produção e distribuição, extração e apropriação de excedentes, e a alocação do trabalho social são, de certa forma, privatizadas e obtidas por meios não-autoritários e não-políticos. Em outras palavras, a alocação social de recursos e de trabalho não ocorre por comando político, por determinação comunitária, por hereditariedade, costumes nem por obrigação religiosa, mas pelos mecanismos de intercâmbio de mercadorias. Os poderes de apropriação de mais-valia e de exploração não se baseiam diretamente nas relações de dependência jurídica ou política, mas sim numa relação contratual entre produtores “livres” – juridicamente livres e livres dos meios de produção – e um apropriador que tem a propriedade privada absoluta dos meios de produção.

Isto não significa que o capitalismo possa prescindir do Estado⁴, ao contrário, o Estado é fundamental, por um lado, há um marco jurídico necessário ao funcionamento do capitalismo incrustado na própria estrutura do sistema⁵. Por

4 Pasukanis (1989, p. 7): “não apenas tal ou qual estrutura técnica do Estado nasce no terreno do Mercado, como também que não deixa de existir um vínculo interno indissociável entre as categorias da economia mercantil, e monetária e a própria forma jurídica. Numa sociedade onde existe dinheiro, e onde, por conseguinte, o trabalho privado individual só se torna trabalho social pela mediação de um equivalente geral, encontram-se já delineadas as condições de uma forma jurídica com as suas oposições entre o subjetivo e o objetivo.”

“É, pois, somente numa tal sociedade que se abre a possibilidade de o poder político se opor ao poder puramente econômico, o qual se revela, o mais distintamente, sob a forma do poder do dinheiro. Ao mesmo tempo a forma da lei torna-se igualmente possível.”

5 Conforme Pasukanis (1989, p. 9-10): “As coisas apresentam-se, exemplificativamente, da seguinte maneira no que diz respeito à propriedade privada: só o momento da livre alienação revela plenamente a essência fundamental desta instituição, ainda que, indubitavelmente, a propriedade, como apropriação, tenha existido antes como forma, não só desenvolvida, mas, também, muito embrionária da troca. A propriedade como apropriação é a consequência natural de todo modo de apropriação; porém, a propriedade só reveste a sua forma lógica mais simples e mais geral de propriedade privada quando se visa ao núcleo de uma determinada formação social onde ela é determinada como a condição elementar da continua circulação dos valores, que se opera de acordo com a fórmula Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria.” “E quanto à relação de exploração, sucede exatamente o mesmo. Esta, entenda-se bem, em nenhum caso vê-se ligada à relação de troca como sendo igualmente concebível numa economia natural. Porém, é apenas na sociedade burguesa capitalista, em que o proletário surge como alguém que dispõe da sua força de trabalho como mercadoria, que a relação

outro, o Estado obscurece as relações de classe e a violência subjacente à sociedade (FAUSTO, 1987). A existência do Estado, enquanto detentor do monopólio da violência legítima, permite que o poder político seja retirado da burguesia. As vantagens econômicas da burguesia aparecem como decorrentes da sua eficiência no mercado capitalista apenas. O uso da violência, do poder político como instrumento de acumulação fica descartado, como princípio, no modo de produção capitalista desenvolvido. Evidentemente, o papel do Estado no capitalismo se complexificou, uma parte da essência do capitalismo teve que ser assumida para novamente ser ocultada, por exemplo, a desigualdade entre partes presente no contrato de trabalho (FAUSTO, 1987, pp. 320-329). De todo modo, a lógica da acumulação e reprodução do capital persiste prescindindo do Estado. Se a ordem do capital necessita da proteção do Estado como pressuposto e da sua intervenção em momentos críticos, do ponto de vista teórico, ainda possível afirmar que a acumulação e distribuição do capital se sustenta na própria dinâmica econômica e não no uso do poder político diretamente.

Obviamente que vários questionamentos poderiam ser postos sobre a relação entre o Estado e a acumulação de capital dentro de cada Estado em particular desde o pós-guerra até o momento, mas, no que interessa ao desenvolvimento do argumento, o importante é o reconhecimento da diferenciação entre a esfera política e econômica e a autonomia do processo de acumulação de capital em relação ao uso da força para permitir a apropriação do excedente pela burguesia. Desta constatação, segue-se a pergunta, se no desenvolvimento do sistema interestatal e do capitalismo em escala mundial é possível identificar o mesmo processo de separação entre a política e a economia, ou melhor, se o processo de acumulação de capital ao longo do processo histórico passou a demandar menos o uso da força e da violência como forma de apropriação do excedente.

A hipótese formulada é a de que da mesma forma que o processo de desenvolvimento do capitalismo dentro de um país leva à autonomização do econômico frente ao político, ou seja, separa-se o poder político do poder econômico, a expansão do capital em nível internacional, à medida que avança, passa a prescin-

econômica da exploração e juridicamente mediatizada sob a forma de um contrato."

"É justamente por isso que na sociedade burguesa a forma jurídica, em oposição ao que ocorre nas sociedades edificadas sobre a escravidão e a servidão, adquire uma significação universal; é por isso que a ideologia jurídica se torna a ideologia por excelência e que também a defesa dos interesses de classe dos exploradores surge, com um sucesso sempre crescente, como a defesa dos princípios abstratos da subjetividade jurídica."

dir cada vez mais do Estado nacional de origem como agente motor da expansão e garantidor dos ganhos, e com isso a expansão territorial, política e militar deixa de ser um pré-requisito do processo de acumulação engendrado por cada capitalista em particular a partir de sua base nacional. Esta autonomia fica evidenciada na forma assumida pelo capitalismo e pelo sistema internacional no pós-Segunda Guerra Mundial, mas há elementos anteriores da constituição deste processo.

Assim, durante o Antigo Sistema Colonial, ao Estado cabe garantir a inserção de determinadas regiões na economia mundial e simultaneamente estabelecer a dominação política para garantir que exploração se realize exclusivamente em função dos interesses do seu capital. Na fase imperialista do capitalismo, já há situações nas quais o capital pode prescindir do seu Estado de origem para garantir a inserção de determinada região na economia mundial e também se torna desnecessário a dominação política, foi o caso da América Latina. Em outros casos, a ameaça imposta por outros capitais e Estados nacionais leva à necessidade de uma intervenção política para garantir os direitos do capital nacional, foi o que ocorreu na África. Ou seja, convivem simultaneamente a lógica territorial dos conflitos interestatais e a lógica capitalista (ARRIGHI, 1996; FIORI, 1999; FIORI, 2004).

Após a Segunda Guerra Mundial, dá-se uma nova configuração, a unidade dos Estados capitalistas na defesa da ordem do capital permite que a dominação e a forma de inserção possam ser exercidas pelo capital sem uma ação direta dos Estados capitalistas desenvolvidos, dos Estados imperialistas. A intervenção ocorre apenas quando movimentos políticos internos aos países periféricos agem para mudar a forma da inserção internacional ou romper com o capitalismo. No cotidiano, a própria expansão do capital internacional nas regiões periféricas é capaz de moldar a dominação e a forma de inserção na medida em que se articula, molda e constrói o Estado periférico em associação com as frágeis burguesias locais. Este quadro de autonomia do capital frente aos fatores políticos da acumulação se aprofunda com os processos de liberalização.

Sob a ameaça do socialismo real gestou-se uma nova modalidade de relação entre o Estado capitalista e o capital. Dada a superioridade norteamericana de um lado, e a ameaça comunista interna e internacionalmente, os antigos países imperialistas são forçados a suspender as rivalidades políticas e econômicas (THALHEIMER, 1946). Desse modo, o Estado já não mais busca sustentar os interesses do capital nacional, em primeiro lugar, mas busca garantir a ordem do capital. Transformação essa que suspende as rivalidades bélicas entre os Estados capitalistas desenvolvidos, afastando-se assim do cenário retratado nos textos clássicos

sobre o imperialismo, Lenin, Bukharin, Trotsky. Esta suspensão permite que o exercício da supremacia norteamericana utilize-se de outros meios para operar.

A separação das lutas intercapitalistas das lutas interestatais demanda a institucionalização das relações econômicas internacionais. É preciso que a natureza hierárquica e violenta do sistema internacional seja obscurecida. Ainda que sem a profundidade representada pelos Estados para as relações internas, as organizações internacionais desempenham este papel no cenário internacional, criam uma aparência de igualdade entre os Estados dentro de uma realidade profundamente desigual. Esta aparência de igualdade faz com que a criação de uma institucionalidade facilite a construção da hegemonia norteamericana. Ainda que a desigualdade se apresente em vários mecanismos, como o Conselho de Segurança, as quotas do FMI, etc., as instituições, ou os regimes formalmente construídos, parecem retirar as relações internacionais do império do arbítrio, especialmente no que concerne às relações entre a superpotência capitalista e as velhas potências imperialistas decadentes.

A unidade do bloco capitalista é forjada também pela mudança na natureza da guerra. O surgimento dos artefatos nucleares coloca em xeque a via tradicional de alternância de poder no sistema internacional. Qualquer país disposto a desafiar os Estados Unidos e remodelar o sistema internacional deveria estar disposto a utilizar os artefatos nucleares. Se esta disposição era questionável mesmo em relação à União Soviética, ela desaparece em relação ao bloco Ocidental. Por isso, ao contrário dos ciclos hegemônicos anteriores nos quais logo após a afirmação da hegemonia de um Estado se podia identificar os contendores, no caso norte-americano isto não foi possível e ainda é questionável. Escrevendo nos anos 1960, Aron (1986, p. 512) ainda podia afirmar que a experiência nuclear era muito recente e afirmar que “se a ameaça é feita, isto significa que a possibilidade da sua execução é aceita pelo Estado sujeito e pelo Estado objeto”. Podendo nos aproveitar da experiência histórica precedente, é possível concordar com Kenneth Waltz (2003, 2012), que a presença das armas nucleares e a sua difusão possuem um caráter pacificador das relações internacionais na medida em que eleva o custo da guerra em relação aos possíveis ganhos e aumenta a segurança do Estado. Permite-se afirmar, portanto, que a introdução das armas nucleares desestimulou a retomada das hostilidades bélicas entre as grandes potências e favoreceu novos arranjos de política internacional. O mesmo aspecto é colocado por Keohane (1984, p. 244), defendendo o declínio norte-americano, afirma ser necessária a cooperação sem hegemonia, porque dado o potencial destruidor das armas nucleares

e as mudanças hegemônicas serem realizadas através da guerra, “it is probably safe to assume that hegemony will not be restored during our lifetimes”.

Essa nova realidade da política internacional permite o estreitamento dos laços entre os capitais de diferentes nacionalidades e facilita a autonomização do capital frente ao Estado nacional de origem, há uma despolitização da acumulação em nível mundial, ou seja, os capitais americanos, ingleses, alemães, etc. se projetam sobre novos espaços enquanto capital, e não representando diretamente os interesses de um dado país, como um instrumento direto da política externa, e dessa forma os seus interesses serão defendidos pelos Estados capitalistas em geral, e não apenas por aquele no qual se constituiu originalmente. Evidentemente, o capital norte-americano possui vantagens significativas, ao final da Segunda Guerra Mundial, o mercado mundial está aberto e livre para a expansão internacional das empresas norte-americanas. As vantagens existem como ponto de partida dado pelo contexto internacional, agora a manutenção dessas vantagens dependeu da capacidade das firmas norte-americanas de enfrentar a concorrência das firmas europeias e japonesas no mercado mundial, e o próprio declínio econômico relativo dos EUA mostra como as firmas estadunidenses, em muitos casos, não foram capazes de manter-se na dianteira. De todo modo, avança uma integração produtiva intrainperialista, que, analisada em termos realistas, representaria um enfraquecimento do poder e da segurança do Estado.

Forja-se a partir daí uma burguesia com interesses cada vez mais transnacionais constituindo uma agenda que não reflete os objetivos de política externa de seus países, mas o interesse das próprias empresas, desta burguesia internacional, e evidentemente dos bancos internacionais. Tem razão, portanto, Strange (1991, 1994) quando afirma que mudaram as relações interestatais e novos atores passam a ter poder nas relações internacionais. Entretanto, é um equívoco afirmar que o sistema, o marco de atuação destes atores, emana do poder estrutural dos Estados Unidos tal como entendido pela autora. Os Estados Unidos são afetados e modificados pela própria forma assumida pelo sistema a partir do final da Segunda Guerra Mundial, e pela interação das decisões tomadas ao longo do processo.

O poder estrutural dos Estados Unidos deve ser compreendido também de maneira sistêmica. Na medida em que a estrutura política e econômica norte-americana foi engendrada sob a hegemonia norteamericana, os Estados Unidos ocuparam a posição central, mas, ao mesmo tempo, esta estrutura política e econômica, capaz de definir estratégias, ganhadores e perdedoras no sistema internacional se autonomiza frente aos Estados Unidos. A estrutura do sistema interna-

cional não é governada, gerida diretamente pelos Estados Unidos, nem reflete em cada conjuntura os interesses dos Estados Unidos. De fato, essa estrutura abriu espaço para o desenvolvimento paralelo ao sistema hobbesiano, da anarquia e dos conflitos interestatais, para o surgimento de um sistema lockeano, forjado a partir da integração mundial da acumulação capitalista e da formação de interesses de classes transnacionais (PIJL, 1998). Neste âmbito deveria vigorar o livre mercado, e caminhou-se muito neste sentido, com o fim de Bretton Woods e os processos de liberalização. Por outro lado, o livre mercado, sem qualquer regulação ou governança, é impossível (POLANYI, 2000), o que resulta em demandas crescentes por uma regulamentação das relações econômicas internacionais, que vão desde o aprofundamento do GATT através da OMC até a proposta de Acordo Multilateral de Investimentos (MAI) para criar um marco regulatório para as empresas multinacionais. Se muitas vezes as propostas mais radicais de mudar o marco de regulação do plano interno aos Estados para o plano internacional não progridem, isso não impede que haja iniciativas menos ousadas persistindo como alternativas, por exemplo, o MAI foi inviabilizado em âmbito mundial, mas em outra escala existe o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos do Banco Mundial. Se os acordos para além de Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão encontraram várias barreiras ao longo do tempo, entre eles as relações econômicas internacionais foram fortemente institucionalizadas. Neste movimento, a participação da sociedade civil, da burguesia internacional é fundamental através de iniciativas como o Fórum Econômico Mundial e a Comissão Trilateral (GILL, 1990).

O principal efeito dessa nova organização capitalista e forjar uma hegemonia mundial para classes vinculadas ao grande capital internacional⁶. Hegemonia esta que se gesta tanto dentro das grandes nações capitalistas como dentro das organizações internacionais ligadas aos interesses do capital (FMI e Banco Mundial, OMC, ou o Banco Central Europeu) e também em organizações não-governamentais que estimulam a organização de interesses desta burguesia internacional. Esta burguesia internacional não necessariamente está representada pelos Estados Unidos e por sua política externa. Ao contrário, há fricções. Como nem todo o capital foi internacionalizado, a maior parte da população norte-americana, e mundial, ainda vive ligada à economia nacional, os conflitos entre a agenda internacional do grande capital e a política externa, e mesmo interna, dos Estados

6 Gill, 1990.

Unidos existem. Além disso, na ausência de uma governança mundial e sendo o dólar a moeda corrente da economia internacional, os Estados Unidos sofrem as maiores pressões, o lobby, deste capital internacionalizado para promover as políticas que atendam aos seus interesses. Se no que se refere à forma da política externa pode haver fricções, a gestão do dólar e das finanças internacionais tem atendido aos interesses dessa burguesia mundial.

Esse arranjo do sistema é que faz com que o poder estrutural americano deva ser pensado numa análise mais próxima a Foucault e não no caminho tomado por Strange para permitir afirmar a continuidade da centralidade dos Estados Unidos sem que com isso devamos concluir a existência de um império americano em sentido estrito. Define Foucault (1979, p. 183):

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

Esta leitura sobre o poder é perfeita para pensar as transformações no sistema internacional ao longo do pós-guerra. Não sem conflitos, não sem contradições, a integração capitalista em escala mundial construiu um sistema no qual os Estados Unidos continuam no centro, porém o “poder americano” não emana exatamente de Washington para o mundo, mas é exercido a partir de diferentes pontos do sistema através de decisões tomadas por outros Estados, por decisões das empresas transnacionais, por decisões dos investidores financeiros, e demais atores. A opção japonesa e alemã por manter os superávits comerciais e se aproveitar da valorização do dólar, a opção chinesa de seguir pelo mesmo caminho até num cenário de desvalorização mundial da moeda norte-americana, a abertura europeia para a formação do mercado de eurodólares, as decisões de investidores no mundo inteiro repetidas diariamente de avaliar a sua riqueza em dólares, as decisões das empresas de avaliar a sua lucratividade em dólares, a abertura dos países aos investimentos norte-americanos, a adoção da tecnologia norte-

-americana, a incorporação de valores e da cultura norte-americana, etc. fazem com que a centralidade dos Estados Unidos na estrutura política, econômica, social e cultural internacional seja reafirmada diariamente por diferentes atores em distintos pontos do sistema. Esta estrutura já não reflete mais apenas os interesses dos Estados Unidos, o país já não é mais hegemônico no sentido gramsciano, mas esta discussão foi superada pela própria dinâmica do sistema engendrado pela hegemonia norte-americana.

O descarte da guerra entre grandes potências permitiu a capilarização do “poder americano” em diferentes pontos do sistema, mas esta capilaridade do “poder americano” não favorece o sonho imperial norte-americano, porque esta capilaridade não é controlada pelo Estado norte-americano, mas é resultado de uma ação descentralizada e descoordenada da qual participam diferentes atores, os Estados, o capital internacional financeiro e produtivo, as organizações não-governamentais, as organizações internacionais, a mídia, e mesmo os indivíduos. Esta realidade é um desafio tanto para os Estados Unidos como para a luta contra imperialismo ou pelo desenvolvimento, porque o território nacional foi minado. Este aspecto não pode ser ignorado nem mesmo quando se analisa a China e as suas perspectivas de evolução do sistema internacional. Mantida a dinâmica atual do capitalismo em escala mundial e o modelo de desenvolvimento chinês, o mais provável é a China continuar sendo o braço direito do Estados Unidos (HO-FUNG, 2011), e colocar-se junto aos Estados Unidos no centro da economia mundial, usufruindo de forma limitada deste poder estrutural capilarizado.

A China em sua ascensão força uma redistribuição de poder econômico em seu favor, quando pensamos em poder relativo, mas sem que isso resulte na contestação da ordem econômica internacional que vem se constituindo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ao contrário, a China se beneficia da integração capitalista em escala mundial captando investimentos das empresas multinacionais e se inserindo nas cadeias globais de valor, e a cada etapa de desenvolvimento se posicionando em setores de maior valor agregado, intensivos em capital. A China não desafia o poder monetário americano, não contesta a globalização, busca capitalizar benefícios e ao fazer isso aprofunda a sua integração com a economia mundial em geral e com a economia dos EUA em particular. Em função destas características, além da questão nuclear, é improvável que a China e os Estados Unidos reproduzam a experiência das guerras entre grandes potências do passado. A unidade da acumulação capitalista em escala mundial coloca-se cada vez mais em contradição com a forma Estado, ainda que não possa prescindir desta e

nem tenha condições de engendrar a sua superação. Mas com isso gera demandas por um maior grau de institucionalização e regulação da acumulação em escala mundial. A inserção chinesa não escapa deste movimento. Neste quadro, ainda que não se sustente a ideia de um império norte-americano, é improvável o surgimento de uma potência rival para pleitear a hegemonia do sistema, as estruturas políticas e econômicas internacionais parecem ter mudado.

Deste modo, convivem no sistema duas tendências, de um lado, há ainda a presença da lógica territorial e o poder político-militar localiza-se num *locus* específico, os Estados Unidos ainda são o principal centro político internacional, seja pelo predomínio militar seja pela ausência de uma governança transnacional. Por outro lado, o poder refletido pela estrutura do sistema está disperso em diversos *loci* e atores, numa realidade mais lockeana do que hobbesiana, e que, portanto, demanda a regulação, a lei, as garantias ao direito do capital em escala mundial. Em termos marxistas ortodoxos seria possível afirmar a contradição entre a estrutura econômica e superestrutura política em nível mundial. Entretanto, é improvável que num tempo previsível a forma Estado, de caráter nacional, dê lugar a novas formas de comunidades políticas mais amplas (ELIAS, 1993). Sendo assim, a instabilidade política e econômica deve persistir, e, portanto, as crises devem ser recorrentes em diferentes pontos do sistema. Pois cada Estado em particular, nem mesmo os Estados Unidos, tem condições de dar uma solução definitiva para a crise.

Da análise precedente, duas conclusões equivocadas devem ser evitadas: não se afirma o fim dos conflitos militares e não se conclui que os Estados nunca apoiem o capital nacional. A guerra foi suspensa entre as grandes potências em função dos arsenais nucleares e crescentemente em função da integração capitalista em escala mundial. As intervenções militares na periferia ainda são possíveis e ocorrerão sempre que decisões políticas dos Estados periféricos afetarem áreas estratégicas não apenas para os Estados Unidos, mas para o capitalismo global como um todo. As “des-inserções” da economia mundial não serão bem-recebidas. Além disso, evidentemente o processo em curso não é linear, ao contrário, é marcado por tendências contraditórias. Então é possível que muitas vezes o governo norte-americano atue não em consonância com os interesses do capital internacionalizado, mas em função daqueles que perderam espaço na concorrência internacional, ou ainda em função de interesses nacionalistas, ou ainda procure casar uma política externa de caráter tradicional, pautada nos valores da segurança e do poder militar, com as posições expressadas pelos ideólogos do império

americano. Entretanto, estes epifenômenos políticos, resultados de políticas voluntaristas viabilizadas pela conjuntura, não podem impedir de observar o movimento da estrutura do sistema, e as tendências em curso, elas são mais adequadas para explicar a instabilidade e a crise.

O fato de a acumulação em escala mundial ter passado a prescindir do uso da força, da manu militari do Estado para ter continuidade, não significa que o Estado não apoie as empresas, a natureza do apoio é que mudou, não se pode contar com os instrumentos de força, porém a política econômica do Estado continua presente.

Essa nova versão da antiga rivalidade entre Estados chamei de geoeconomia. Nela, o capital de investimento para a indústria fornecido ou orientado pelo Estado equivale ao poder de fogo; o desenvolvimento de produtos subsidiados pelo Estado é o equivalente da inovação armamentícia; e a penetração de mercado apoiada pelo Estado substitui as bases e guarnições militares em território estrangeiro, assim como a influência diplomática. (LUTTWACK, 2001, p. 160)

Luttwack está se referindo ao período posterior à Guerra Fria, mas, nos termos da análise que estamos realizando, a afirmativa é válida para o bloco Ocidental desde o final da Segunda Guerra Mundial. Strange (1979) também aponta no mesmo sentido, entre os países capitalistas, a rivalidade e concorrência pode ser encontrada em análises específicas de setores econômicos sem cadeias produtivas integradas internacionalmente, por exemplo, o setor têxtil. Da análise, conclui “international production tends to reduce the grounds for conflict between states while national production exacerbates international conflict” (STRANGE, 1979, p. 328). No entanto, não se pode deixar de notar algumas contradições dessas políticas de apoio, em relação às sociedades anônimas, a propriedade cruzada de diferentes nacionalidades é uma constante, o que torna difícil afirmar que o apoio é exclusivo ao capital nacional. Também há vários obstáculos, no marco da OMC e das organizações regionais, para se diferenciar o capital nacional e estrangeiro na concessão de estímulos econômicos. Como já mencionado, a expansão das empresas multinacionais para o exterior pode mesmo enfraquecer em termos relativos o país de origem *vis-à-vis* o receptor.

Além disso, as cadeias produtivas crescentemente integradas ocasionam a transmissão dos impulsos mesmo internacionalmente. Para os países periféricos,

a situação tende a ser mais dramática, por exemplo, o conflito comercial entre o Brasil e o México referente ao volume de importações do setor automobilístico feitas pelo Brasil é melhor compreendido como resultado da organização das cadeias produtivas da indústria automobilística realizada pelas próprias empresas, ao definirem onde iriam produzir o que e a direção dos fluxos de importação e exportação das subsidiárias, criaram um conflito comercial entre o Brasil e o México. Ou seja, ainda que os Estados estejam disputando *market shares* na economia mundial (STRANGE, 1987), o raio de manobra deles se reduz na medida em que amplia o poder das empresas transnacionais, dos bancos e do capital financeiro de um modo geral. Mesmo nas crises, nas quais o capital sempre demanda o apoio do Estado, é difícil defender que o Estado fará diferenciação, por exemplo, entre bancos nacionais e estrangeiros. Na crise financeira desencadeada em 2008, o apoio dos Estados Unidos e dos países da União Europeia foi indiferenciado, porque a falência mesmo de um banco estrangeiro poderia aprofundar ainda mais a crise.

O capital sempre fragmentou, desequilibrou e hierarquizou o espaço nacional e internacional (HARVEY, 2005; LIPIETZ, 1988), mas com a dinâmica capitalista centrada no mercado interno, era possível forjar uma correlação de forças sociais para impor através do Estado políticas para reduzir as desigualdades regionais. Com a liberalização, a internacionalização em larga escala do capital, e a construção de cadeias globais de valor aumentam as barreiras para o sucesso das políticas de homogeneização do espaço econômico nacional, com isso a reorganização espacial do capitalismo remodelou tanto economias centrais como periféricas. E a falta de um arranjo político-institucional freia a adoção de políticas compensatórias em âmbito mundial. Obviamente, a financeirização do capital e a virtualização do espaço de acumulação ainda agravam estas tendências de fragmentação dos espaços nacionais.

À Guisa de Conclusão

A partir da análise precedente, e buscando uma compreensão mais adequada das relações internacionais e da economia política internacional, propomos que a análise sistêmica das relações internacionais, *lato sensu*, deve ser dividida em três níveis de análise: em nível infraestrutural está o capital e a sua dinâmica de acumulação, o espaço do mercado; no nível superestrutural está a política internacional, o Estado no interior do sistema internacional. Entre estes dois

planos está a mesoestrutura, o espaço do cotidiano nas relações internacionais, e o objeto privilegiado de análise da economia política internacional, pois é onde os dois planos de relações anteriores se encontram. Dentro desta lógica, pode-se afirmar que as mudanças na superestrutura do sistema internacional, a Guerra Fria e a hegemonia americana, criaram um mesoestrutura baseada nos regimes internacionais, e gestaram as possibilidades de mudanças na infraestrutura. O movimento veio das mudanças políticas para a mudança na dinâmica econômica.

Agora, as transformações ocorridas ao nível da infraestrutura engendram mudanças na mesoestrutura, particularmente em relação à natureza do poder estrutural e na forma de interação dos atores. Este movimento resulta num conflito entre a superestrutura e a infraestrutura, que se expressa na instabilidade política e econômica no estrato intermediário do sistema, dificultando inclusive a cooperação nas questões econômicas internacionais. Ou seja, a hegemonia inicialmente foi forjada no âmbito das relações interestatais e redefiniu a estrutura do sistema. Agora uma nova hegemonia está sendo forjada a partir da dinâmica da acumulação capitalista, é uma hegemonia de classe e não-nacional, e pelo seu caráter transnacional, não encontra um canal adequado para se expressar e assumir o controle do sistema. Assim as tensões se avolumam em diferentes pontos do sistema.

A trajetória da estrutura política e econômica internacional reforça o imperativo do dístico comunista, “Proletários de todo o mundo, uni-vos!”, enquanto é clara a existência e a organização de uma burguesia transnacional, a organização dos setores populares ainda engatinha e padece da ausência de um conjunto de propostas alternativas. Particularmente importante seria a substituição do difuso discurso antiglobalização por propostas de fortalecimento do controle político do mercado mundial fazendo com que este se subordine aos objetivos políticos e sociais definidos a partir da sociedade. Entretanto, este caminho ainda é profundamente idealista, e aí o discurso antiglobalização ganha espaço. Para a efetivação das políticas antiglobalização é suficiente, desconsiderando eventual ação militar externa, que o Estado, e sua base social, estejam dispostos a arcar com os custos políticos e econômicos da “des-inserção” na economia mundial, por mais que os efeitos possam ser desastrosos e passageiros, já que o movimento pela reinserção será articulado a partir de dentro do próprio país. Dada as características do sistema apontadas anteriormente, ganha mais consistência a feliz expressão de Cardoso (1973, p. 200) “A antiNação estará dentro da ‘Nação’ – por assim dizer – no seio da população local e em diferentes estratos sociais”.

Por outro lado, uma programa de controle político e social da globalização mostra-se utópico com uma superestrutura definida por um mundo povoado por Estados nacionais, e que posicionam-se em função das diferenças de poder relativo. Assim as tensões políticas internas aos Estados também devem crescer, pois se tornará mais difícil dar vazão às demandas populares levadas ao Estado para contornar os efeitos do processo de acumulação de capital em escala mundial. Sendo assim, os processos de construção nacional, temática cara ao pensamento social latino-americano, enfrentam barreiras estruturais ainda mais profundas e, ao mesmo tempo, a polarização social nos países de capitalismo avançado tendem a se agravar. Cenário que coloca mais uma vez o desafio da formatação de um projeto político capaz de equacionar os novos problemas que se apresentam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, EdUnB, 1986.
- _____. *República imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-guerra*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Unesp, 1996.
- _____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni; BARR, Kenneth; HISAEDA, Shuji. A Transformação da empresa capitalista. In: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro, Contraponto/UFRJ, 2001.
- BAMBIRRA, Vania. *Integración Monopólica Mundial e Industrialización: sus contradicciones*. Caracas, UCV, 1974.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- BRAGA, José Carlos de Souza. Economia política da dinâmica capitalista (Observações para uma proposta de organização teórica). Campinas, *Texto para Discussão*, IE/Unicamp, n. 51, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo político brasileiro*. São Paulo, Difel, 1973.
- COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert O. *Neorealism and its critics*. New York, Columbia University Press, 1986.
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. São Paulo, Perspectiva, 1976.

- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- _____. Formação, expansão e limites do Poder Global. In: _____. *O Poder Americano*. Petrópolis, Vozes, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- GILL, Stephen. *American hegemony and Trilateral Commission*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- GILPIN, Robert. The Politics of transnational economic relations. *International Organization*, vol. 25, n. 3, 1971, pp. 398-419.
- _____. *U.S. power and the multinational corporation: The political economy of foreign direct investment*. New York, Basic, 1975.
- GOWAN, Peter. A Calculus of power. *New Left Review*, 16, 2002, pp. 47-67.
- GUZZINI, Stefano. *The Continuing story of death foretold realism in International Relations/International Political Economy*. Florença, European University Institute, 1992.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 2005.
- HO-FUNG, Hung. O braço direito dos Estados Unidos? O dilema da República Popular da China na crise global. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 89, mar. 2011.
- KENNAN, George. Long telegram. 1946. Disponível em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116178>
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. Boston, Little Brown, 1977.
- KEOHANE, Robert O.; NYE JR, Joseph S. Power and Interdependence revisited. *International Organization*, vol. 41, n.4, 1987, pp. 725-753.
- KEOHANE, Robert O. *After hegemony: cooperation and discord in the World Political Economy*. Princeton, Princeton University Press, 1984.
- LAZZERI, Christian; REYNIÉ, Dominique (org.). *Le pouvoir de la raison d'état*. Paris, PUF, 1992.
- LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu espaço*. São Paulo, Nobel, 1988.
- LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada*. São Paulo, Nova Alexandrina, 2001.
- MURPHY, Craig N.; NELSON, Douglas R. International Political Economy: a tale of two heterodoxies. *British Journal of Politics and International Relations*, vol. 3, n. 3, 2001, pp. 393-412.

- NOVIKOV, Nikolai. Telegram from N. Novikov, soviet ambassador to US, to the Soviet Leadership. 1946. Disponível em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/110808>
- PECEQUILO, Cristina. *Os Estados Unidos e o Século XXI*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.
- PIJL, Kees van der. *Transnational classes and international relations*. London, Routledge, 1998.
- POLANYI, Karl. *A Grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000.
- STRANGE, Susan. The management of surplus capacity: or how does theory stand up to protectionism 1970s style? *International Organization*, vol. 33, n. 3, 1979, pp. 303-334.
- _____. Cave! Hic dragones: a critique of regime analysis. *International Organization*, vol. 36, n.2, 1982, pp.479-496.
- _____. The persistent myth of lost hegemony. *International Organization*, vol. 41, n. 4, 1987, pp. 551-574.
- _____. The Future of the American empire. *Journal of International Affairs*, vol. 42, n. 1, 1988, pp. 1-17.
- _____. *States and markets*. London, Continuum, 1994.
- STRANGE, Susan; STOPFORD, John M.; and HENLEY, John S. *Rival states, rival firms: competition for world market shares*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- VERNON, Raymond. *Soberania Ameaçada: a expansão multinacional das empresas americanas*. São Paulo, Pioneira, 1978.
- THALHEIMER, August. Linhas e conceitos básicos da política internacional após a II Guerra Mundial. 1946. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/thalheimer/1946/mes/linhas.htm>. Acesso em: 20/01/2013.
- WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa, Gradiva, 2002.
- _____. More may be better. In: SAGAN, Scott D.; WALTZ, Kenneth N. *The Spread of nuclear weapons: a debate renewed*. New York, W.W. Norton, 2003.
- _____. Why Iran should get the bomb. *Foreign Affairs*, vol. 91, n. 4, 2012, pp. 2-5.
- WEBER, Max. *Max Weber: Escritos Políticos*. Madrid, Alianza Editorial, 1991.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.